

**38. RELATÓRIO FINAL DA FASE DE AVALIAÇÃO E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS DA CONTRATAÇÃO - EMPREITADA DE "CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE REAL, BRAGA": CPE.17.20. DMOSM:**

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara em 9 de setembro de 2021, do relatório final da empreitada em epígrafe.

Propõe-se, nos termos do nº. 1, do artº. 98º. do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

Tem informação circunstanciada da DMOSM.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Remeta-se à Sr.<sup>a</sup> Diretora.

O Diretor do DOM,

08/09/2021

Despacho:

*Após  
Aviso do Excmo, pde  
interagir.*

O Presidente,

  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

21/09/08

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

## **RELATÓRIO FINAL DA FASE DE AVALIAÇÃO E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS**

### **I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:**

**Concurso Limitado por Prévia Qualificação: CPE.17.20. DMOSM**

**Contratação: empreitada de "CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E  
PROMOÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE REAL, BRAGA".**

**Preço Base do Procedimento: €1.898.200,94**

**Prazo de execução: 24 meses**

**Identificação do Júri:**

**Membros efetivos:**

**Membros suplentes:**

Reunião efetuada em 07/09/2021, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro e Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **10695/2020**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 188, de 25 de setembro de 2020, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

## **II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Durante o prazo acima referido os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações.

Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

## **III – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

Nestes termos, o júri deliberou, por unanimidade, propor:

**A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:**

Posição	Identificação do concorrente	Preço	Prazo de execução
1.º	<b>AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA &amp; CA., LDA.</b>	<b>€1.579.709,02</b>	<b>24 meses</b>
2.º	<b>SIGNINUM LDA.</b>	<b>€1.752.462,00</b>	<b>24 meses</b>
3.º	<b>CARI CONSTRUTORES S.A.</b>	<b>€1.895.602,39</b>	<b>24 meses</b>



#### **IV – ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:**

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA.**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referida, lhe seja adjudicada pela quantia de **€1.579.709,02**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 24 meses.

##### **I.1 – Compromisso**

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do compromisso n.º 76122 de 09/09/2021.

##### **I.2 – Caução**

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 25.º do Programa do Concurso. O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

##### **I.3 – Documentos de Habilitação**

Nos termos do artigo 30.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

##### **I.4 – Contrato Escrito**

- ***Minuta do contrato***

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

#### **II – Notificação da Adjudicação**

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;



- Para prestar Caução;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Braga, 9 de setembro de 2021,

O Júri do Procedimento

**Em anexo:**

- Relatório Preliminar;
- Compromisso.

**MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.17.20.DMOSM****“CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE  
REAL, BRAGA”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA**, com sede na Avenida do Cávado, n.º 160, 4700-690 Palmeira - Braga, pessoa coletiva n.º 500589593, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..... sob o mesmo número, com o capital social de €.....(..... euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme certidão permanente comercial, com o código de acesso n.º....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

**Considerando que:**

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, de 7 de setembro de 2020, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.17.20. DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual;
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 06/ 07010307, de acordo com as informações de cabimento n.º 52445, de 23/06/2020, atualizado em 26/06/2020 e de compromisso n.º 76122, de 09/09/2021, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de .....de.....

- c) No seguimento da *Análise e Avaliação da Proposta*, por deliberação da Câmara Municipal, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*;\_\_\_\_\_
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;\_\_\_\_\_
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.\_\_\_\_\_

**Artigo 1.º**  
**(Objeto do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE REAL, BRAGA"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.\_\_\_\_\_

**Artigo 2.º**  
**(Local da obra)**

\_\_\_\_\_Os trabalhos de empreitada serão executados na União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a).\_\_\_\_\_

**Artigo 3.º**  
**(Preço contratual)**

\_\_\_\_\_O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do



contrato, é o de **€1.579.709,02 (um milhão, quinhentos e setenta e nove mil, setecentos e nove euros e dois cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. \_\_\_\_\_

**Artigo 4.º**  
**(Condições de pagamento)**

\_\_\_\_ 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas. \_\_\_\_\_

**Artigo 5.º**  
**(Revisão de preços)**

\_\_\_\_ 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F07 – reabilitação profunda de edifícios**. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. \_\_\_\_\_

**Artigo 6.º**  
**(Prazos de execução da empreitada)**

\_\_\_\_ O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

**Artigo 7.º**  
**(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos*

*Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produz-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 8.º**

##### **(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

\_\_\_\_1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 9.º**

##### **(Subcontratação)**

\_\_\_\_1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 10.º**

##### **(Caução)**

\_\_\_\_1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária



prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante ....., arquivada no respetivo processo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

**(Liberação da caução)**

\_\_\_\_A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

**Artigo 12.º**  
**(Gestor do contrato)**

\_\_\_\_1. O dono da obra designa **a Eng.º** \_\_\_\_\_ como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato.\_\_\_\_\_

**Artigo 13.º**  
**(Comunicações e notificações)**

\_\_\_\_1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@aof.pt**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.\_\_\_\_\_



\_\_\_\_5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.\_\_\_\_\_

**Artigo 14.º**

**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.\_\_\_\_\_

**Artigo 15.º**  
**(Invalidade parcial)**

\_\_\_\_\_Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.\_\_\_\_\_

**Artigo 16.º**  
**(Foro competente)**



\_\_\_\_Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.\_\_\_\_\_

**Artigo 17.º**  
**(Legislação aplicável)**

\_\_\_\_Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros.\_\_\_\_\_

**Artigo 18.º**  
**(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

\_\_\_\_1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos.\_\_\_\_\_

**Artigo 19.º**  
**(Vigência)**

\_\_\_\_O presente contrato não produzirá quaisquer efeitos antes do visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do nº 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação atual.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura.\_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(.....)



Remeta-se ao Sr. Presidente.

*Comando*

A Diretora da DMOSM,

*2021, 08, 17*

Despacho: Tomei conhecimento.

*P/*

O Presidente.

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

*15, 08, 2021*

## Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas

### I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

Identificação do procedimento:

**Concurso Público: CPE.17.20.DMOSM**

**Contratação: empreitada de “CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE REAL, BRAGA”.**

Preço Base do Procedimento: € 1.898.200,94

Prazo Base do Procedimento: **24 meses**

Identificação do Júri: **Membros efetivos:**

**Membros suplentes:**

**Reunião realizada em: 09/08/2021**

O presente relatório documenta os trabalhos de apreciação, análise e avaliação das propostas apresentadas no âmbito do procedimento de formação do contrato público supra identificado e destinado à formação do **contrato de empreitada de “CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE REAL, BRAGA”**, promovido pela Câmara Municipal de Braga. Por este meio assegura-se, assim, o cumprimento do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de

janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro e Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto.

## II – VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

O júri do procedimento analisou, nos termos determinados pelo Programa de Concurso, as propostas apresentadas e seguidamente avaliou aquelas que foram admitidas por se encontrarem elaboradas e apresentadas conforme os documentos normativos do procedimento e com as prescrições legais, por não se subsumirem a nenhuma das hipóteses de exclusão previstas no artigo 70.º, n.º 2 e no artigo 146.º, n.º 2, ambos do *Código dos Contratos Públicos*.

Na análise e avaliação das propostas foram considerados somente os documentos apresentados pelos concorrentes, não tendo o júri identificado a necessidade de solicitar, nos termos previstos no artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*, esclarecimentos sobre as propostas, tendo, portanto, formado a sua convicção exclusivamente com base na informação vertida na documentação apresentada.

Uma vez que, nos termos do disposto no artigo 53.º do *Código dos Contratos Públicos*, «**é concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta**» e que a proposta pressupõe a existência de uma declaração negocial destinada à conclusão de um contrato, nos termos consagrados no artigo 224.º do Código Civil. Nestes termos, o júri constatou que se verificou a existência de entidades, que se tenham inscrito como interessados na plataforma onde tramita o procedimento, sem que tivessem apresentado proposta.

## III – INDICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS:

Assim, foram apresentadas propostas submetidas pelos concorrentes a seguir identificados:

Identificação do concorrente	Preço
AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA	€ 1.579.709,82

CARI CONSTRUTORES SA	€ 1.895.602,39
SIGNINUM LDA	€ 1.752.462,00

#### IV - ANÁLISE DAS PROPOSTAS:

Os trabalhos do júri iniciaram-se com a análise das propostas, no sentido de determinar se as mesmas se conformavam com os documentos normativos do procedimento e com a lei e se não apresentavam vícios ou irregularidades suscetíveis de determinar a sua exclusão, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, tendo-se concluído que da análise, autónoma e individualizada de cada uma das propostas, o seguinte:

EMPRESA CONCORRENTE	DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA (Art. 12º do Programa de Concurso)										PRAZO (dias)	Observações
	ANEXO I	DEC. INTENÇÃO ASSOC. JURÍDICA	DEC. PREÇO E PRAZO	LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇOS PARCIAIS/ CAT. ALVARÁ	PLANO TRABALHOS	PLANO MÃO OBRA	PLANO EQUIPAMENTO	PLANO PAGAMENTOS	MDJ		
AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA	SIM	N/A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	24 meses	Admitido
CARI CONSTRUTORES SA	SIM	N/A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	24 meses	Admitido
SIGNINUM LDA	SIM	N/A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	24 meses	Admitido

Em resultado da análise das propostas supramencionadas, as propostas das entidades AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA, CARI CONSTRUTORES SA e SIGNINUM LDA, transitam para avaliação, através da operacionalização do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Anexo VI (Regulamento de análise das propostas).



## V - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:

### **Critério de adjudicação:**

Os trabalhos de avaliação das propostas empreendidos pelo Júri observaram a disciplina constante do *Regulamento de Análise das Propostas*, que acompanhou o programa do procedimento.

O mérito das propostas foi aferido em função do critério de adjudicação – o da *proposta economicamente mais vantajosa* - preenchido pelos fatores e subfatores seguintes, já previstos no artigo 5.º do regulamento do procedimento:

Fatores	Subfatores	Ponderação		
Preço		70%		100%
Valia técnica da proposta	Metodologia	50%	30%	
	Programa de trabalhos	50%		

As propostas foram subsumidas aos diferentes fatores e subfatores daquele critério de adjudicação, nos termos e para os efeitos previstos no *Regulamento de Análise das Propostas*. A apreciação de cada uma das propostas em face de cada um dos fatores e subfatores do critério obedeceu à específica metodologia descrita nos respetivos artigos do regulamento, por aplicação das fórmulas matemáticas e dos descritores também ali consignados.

A ordenação final das propostas resultou da hierarquização das mesmas, obtida em função da pontuação matemática atribuída por cada uma nos diferentes fatores e subfatores e depois de devidamente afetadas, nas respetivas proporções, ao critério de adjudicação mencionado.

### **Avaliação das propostas por subsunção ao fator «preço»:**

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o fator «**preço**» será preenchido por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o *preço base* e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a **€0,01 (um cêntimo)**.

A análise das propostas em face do fator *preço* será operacionalizada pela subsunção das mesmas ao descritor seguinte:

Descritor	Pontuação
Preço	$1,00 - \frac{\text{Preço Proposto} - 0,01 \text{ €}}{\text{Preço Base} - 0,01 \text{ €}}$

O resultado da avaliação das propostas por subsunção ao fator «**preço**» é o seguinte:

EMPRESA CONCORRENTE	Valor da proposta (€ s/IVA)	Avaliação
AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA	€ 1.579.709,82	<b>0,1678</b>
CARI CONSTRUTORES SA	€ 1.895.602,39	<b>0,0014</b>
SIGNINUM LDA	€ 1.752.462,00	<b>0,0768</b>

***Avaliação das propostas por subsunção ao fator «**valia técnica**»:***

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o fator «**valia técnica**» foi preenchido pelos subfatores indicados no artigo 5.º do regulamento (*metodologia e programa de trabalhos*), que participam, nas percentagens também ali indicadas, para a pontuação final das propostas naquele fator.

Para preenchimento do subfator **metodologia**, as propostas foram avaliadas tendo em conta a memória descritiva e justificativa da metodologia de execução dos trabalhos conforme os descritores propostos no artigo 12.º do regulamento e contando a sua adequação às especificidades do projeto de execução.

Para preenchimento do subfator **programa de trabalhos**, as propostas foram avaliadas tendo em conta a sua qualidade e quantidade, relacionando-as com as necessidades efetivas do tipo de obra concursada (plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos).

➤ **Avaliação das propostas por subsunção ao subfator «**metodologia**»:**

**Descritor**

- (1) **Pressuposto:** O faseamento proposto é compatível com o caderno de encargos e responde às exigências impostas pelo mesmo.

- (2) **Pressuposto:** O faseamento da obra é claro, com enunciação das várias atividades, apresentando a distribuição de meios humanos e materiais, em número e profissão/tipo, por cada uma das frentes, de forma contínua e uniforme na obra.
- (3) **Pressuposto:** Descreve, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos.
- (4) **Pressuposto:** identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos e indica medidas destinadas a corrigir esses desvios.

- **Concorrente – AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA**

#### **Avaliação**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito boa)**.

- **Concorrente – CARI CONSTRUTORES SA**

#### **Avaliação**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1) e (2), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Quanto ao pressuposto (3) o concorrente apenas define e identifica um conjunto de orientações estratégicas e de mitigação de senso comum, ou seja, generalista não associadas ao procedimento em causa não, descrevendo de forma lógica e congruente o caminho crítico proposto. Relativamente ao pressuposto (4) o concorrente aponta também medidas corretivas de senso comum, ou seja, generalista, não identificando nem especificando os riscos de incumprimento de prazos para a empreitada em causa e respetiva correspondência com as medidas corretivas;

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **0,5 (razoável)**.



- Concorrente – SIGNINUM LDA

#### **Avaliação**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (2) e (3), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Relativamente ao pressuposto (4) o concorrente aponta medidas corretivas e de mitigação de senso comum, ou seja, generalistas, não identificando nem especificando os riscos de incumprimento de prazos para a empreitada em causa e respetiva correspondência com as medidas corretivas;

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **0,75 (Boa)**.

- **Avaliação das propostas por subsunção ao subfator «programa de trabalhos»:**

#### **Descritor**

- (1) **Pressuposto:** O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos são totalmente compatíveis entre si e com a metodologia apresentada.
- (2) **Pressuposto:** O plano de trabalhos apresenta um grande detalhe, identificando todas as atividades a executar, a calendarização e as relações de precedência.
- (3) **Pressuposto:** O plano de mão-de-obra identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão; o plano de equipamentos identifica a carga semanal de equipamento.
- (4) **Pressuposto:** O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia.

- Concorrente – AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA

#### **Avaliação**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos

pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**.

- Concorrente – CARI CONSTRUTORES SA

#### **Avaliação**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**.

- Concorrente – SIGNINUM LDA

#### **Avaliação**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**.

#### ➤ **Pontuação das propostas nos subfactores Metodologia e Programa de Trabalhos**

Identificação do concorrente	Sub-fator (M) Metodologia	Sub-fator (PT) Programa de Trabalhos
AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA	1	1
CARI CONSTRUTORES SA	0,5	1

SIGNINUM LDA	0,75	1
--------------	------	---

O resultado da avaliação das propostas por subsunção ao fator «valia técnica» é o seguinte:

Identificação do concorrente	Avaliação (0,50xM+0,50xPT)
AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA	1
CARI CONSTRUTORES SA	0,75
SIGNINUM LDA	0,875

## VI - ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS POR SUBSUNÇÃO AO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO:

A pontuação final de cada proposta, tal como resulta do artigo 14.º do Regulamento de Análise das Propostas, por consideração das percentagens com que são afetados cada um dos fatores e subfatores que concorrem para o critério de adjudicação, foi apurada por aplicação da fórmula seguinte:

$$C = 0,70 \cdot P + 0,30 \cdot (0,50 \cdot M + 0,50 \cdot PT)$$

Em que:

«C» representa a “pontuação final de cada proposta”;

«P» representa a “pontuação do preço”;

«M» representa a “pontuação no subfator metodologia”

«PT» representa a “pontuação no subfator programa de trabalhos”;

«PR» representa a “pontuação no fator prazo”.



Assim, por aplicação do critério de adjudicação e no respeito da metodologia consignada no Regulamento de Análise das Propostas, resulta a seguinte pontuação das propostas:

Identificação do concorrente	Proposta economicamente mais vantajosa		Pontuação final - C
	Preço - P	Valia técnica	
AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA	0,1678	1	0,4175
CARI CONSTRUTORES SA	0,0014	0,75	0,2260
SIGNINUM LDA	0,0768	0,875	0,3162

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Análise das Propostas, definido no Anexo III do Programa de Procedimento, **em caso de empate**, entre duas ou mais propostas, **serão as mesmas classificadas em função da pontuação que cada uma delas obteve no fator do critério com maior ponderação, neste caso, o fator preço.**

## VII - RECOMENDAÇÃO AO ÓRGÃO DECISOR:

**Nestes termos, propõe-se:**

A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação e do critério de desempate, nos termos seguintes:

Posição (em função do critério de adjudicação)	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço - P	Posição final (em função do critério de desempate)
1º	AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA	0,4175	NA	NA
2º	SIGNINUM LDA	0,3162	NA	NA
3.º	CARI CONSTRUTORES SA	0.2260	NA	NA

## VIII – AUDIÊNCIA PRÉVIA

Finalmente, de acordo com o disposto no artigo 147.º do CCP, o júri procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes para que se pronunciem, no prazo de cinco dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o presente relatório, do qual se enviará um exemplar.

Para o efeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante os seguintes documentos:

- Propostas apresentadas.

O Júri do Procedimento